



# Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 03/2026, DE 12/01/2026

Dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores do  
Poder Legislativo e contém outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SOLEDADE DE MINAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 33, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal combinados com o artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, faz saber que o Plenário aprova e remete à sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica concedido o reajuste salarial de 6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento) a todos os servidores do Poder Legislativo.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Soledade de Minas, 12 de janeiro de 2026

**PAULINO MACIEL BACELAR**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**LINDOMAR ARANTES DE CARVALHO**  
**VICE- PRESIDENTE**

**REINALDO DOS SANTOS**  
**SECRETÁRIO**



# Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover o reajuste da remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Soledade de Minas, em observância aos princípios constitucionais da valorização do servidor público e da revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

O reajuste proposto visa recompor as perdas inflacionárias acumuladas no período, preservando o poder aquisitivo dos servidores e garantindo condições dignas para o exercício de suas funções. Tal medida é essencial para a manutenção da motivação, eficiência e qualidade dos serviços prestados pelo Poder Legislativo à população soledadense.

Ressalta-se que a valorização do quadro funcional reflete diretamente na melhoria da atividade administrativa e legislativa, contribuindo para o bom funcionamento da Câmara Municipal e para o atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e interesse público.

Importante destacar que o reajuste salarial ora proposto encontra-se em consonância com a capacidade financeira do Poder Legislativo, respeitando os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não acarretando impacto negativo ao equilíbrio orçamentário e financeiro da Câmara Municipal, conforme demonstrado no impacto financeiro anexo.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei revela-se justo, necessário e legal, razão pela qual se submete à apreciação dos Nobres Vereadores, esperando-se sua aprovação.

**PAULINO MACIEL BACELAR**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**LINDOMAR ARANTES DE CARVALHO**  
**VICE- PRESIDENTE**

**REINALDO DOS SANTOS**  
**SECRETÁRIO**



**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - ART. 16 DA LEI 101/2000**

**DESCRIÇÃO DO EVENTO**

EVENTO		
<b>X</b>	<b>Reajuste Salarial</b>	Dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores do Poder Legislativo.

<b>X</b>	<b>Objeto</b>	Reajuste Salarial.
----------	---------------	--------------------

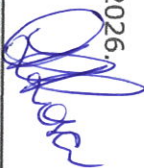
VIGENCIA		INÍCIO		FIM	
		01/01/2026			
ESTIMATIVA DAS DESPESAS					
NATUREZA		2026	2027	2028	
Salarios		19.067,55	20.974,30	23.071,73	
SUB-TOTAL		19.067,55	20.974,30	23.071,73	
total de meses		13	13	13	
despesa mensal com salarios		247.878,15	272.665,90	299.932,49	

EXERCÍCIO	(A)		(B)		IMPACTO (A/B)
	VALOR ESTIMADO	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 2026			
2026	247.878,15	750.000,00	750.000,00	-66,95%	
<b>IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NO EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA (EXERCÍCIO DE 2026)</b>					
<b>ESTIMATIVA DE DESPESA</b>	<b>DOTAÇÃO EXISTENTE (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil)</b>	<b>NECESSIDADE DE SUPLEMENTAR?</b>	<b>NÃO</b>		
	247.878,15	750.000,00	<b>NÃO</b>		
		750.000,00	<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>		

FOI VERIFICADO O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE INICIO DA VIGÊNCIA DO EVENTO, HAVENDO NO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS.

Soledade de Minas - MG, 02 de fevereiro de 2026.

**CAROLINE RAFAELA MARQUES ROSA**  
**CONTADOR CRC/MG 94.105/O**



**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR**

PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000, DECLARO QUE AS DESPESAS DECORRENTES DO EVENTO EM ANÁLISE CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS, QUE SÃO SUFICIENTES ÀS NECESSIDADES DE EMPENHAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, HAVENDO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO, COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL E COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

Soledade de Minas - MG, 02 de fevereiro de 2026.

**PAULINO MACIEL BACELAR**  
**PRESIDENTE DA CAMARA**

